

# SIMULADO COMENTADO OAB



# 19

## QUESTÕES COMENTADAS

**Wander  
Garcia**  
Coordenador

**Ana Paula  
Dompieri Garcia**  
Cocoordenadora

Autores

Wander **Garcia**

Ana Paula **Garcia**

Arthur **Trigueiros**

Bruna **Vieira**

Cintia Martins **Rodrigues**

Denis **Skorkowski**

Eduardo **Dompieri**

Fernando **Cavalcante**

Gabriela **Rodrigues**

Henrique **Subi**

Hermes **Cramacon**

José Renato **Gomes**

Luiz **Dellore**

Renan **Flumian**

Robinson S. **Barreirinhas**

Teresa **Melo**

DE  
ACORDO  
COM A  
REFORMA  
TRABALHISTA  
DA LEI  
13.467/2017

EDITORA  
**FOCO**

# QUESTÕES COMENTADAS OAB

1. (OAB/Exame Unificado – 2018.2) O advogado José Maria celebrou contrato de mandato, há muitos anos, com o cliente Antônio para defendê-lo extrajudicialmente em certa questão. O instrumento não previu, de forma expressa, o prazo de duração do mandato.

Considerando a hipótese descrita, assinale a afirmativa correta.

- (A) Ausente previsão de prazo no instrumento, o contrato de mandato extrajudicial é válido e será extinto pelo decurso do prazo de 15 anos, salvo renovação expressa.
- (B) Ausente previsão de prazo no instrumento, o mandato extrajudicial é válido e não será extinto pelo decurso de qualquer prazo.
- (C) Ausente previsão de prazo no instrumento, o mandato extrajudicial é anulável e não será extinto pelo decurso de qualquer prazo, mas a anulabilidade pode ser pronunciada por decisão judicial, mediante alegação dos interessados.
- (D) Ausente previsão de prazo no instrumento, o mandato extrajudicial é válido e será extinto pelo decurso do prazo de 20 anos, salvo renovação expressa.

Nos termos do art. 18 do CED, o mandato judicial ou extrajudicial não se extingue pelo decurso de tempo, salvo se o contrário for consignado no respectivo instrumento. Em simples palavras, se na procuração não houver designação de um prazo de vigência, o mandato permanecerá válido até que seja extinto por outra causa (por exemplo, pela renúncia, pela revogação ou substabelecimento sem reserva de poderes). Assim sendo, analisemos as alternativas. **A e D:** incorretas, pois ausente previsão de prazo no instrumento de mandato, este permanecerá válido, inexistindo previsão na legislação de ética profissional da advocacia que extinga o contrato após o decurso de 15 ou 20 anos; **B:** correta, nos termos do art. 18 do CED; **C:** incorreta, pois a ausência de prazo no instrumento de mandato não é causa de nulidade ou anulabilidade.

Gabarrão "B"

2. (OAB/Exame Unificado – 2018.2) José leu, em artigo jornalístico veiculado em meio de comunicação de abrangência nacional, que o Supremo Tribunal Federal poderia, em sede de ADI, reconhecer a ocorrência de mutação constitucional em matéria relacionada ao meio ambiente. Em razão disso, ele procurou obter maiores esclarecimentos sobre o tema. No entanto, a ausência de uma definição mais clara do que seria “mutação constitucional” o impediu de obter um melhor entendimento sobre o tema.

Com o objetivo de superar essa dificuldade, procurou Jonas, advogado atuante na área pública, que lhe respondeu, corretamente, que a expressão “mutação constitucional”, no âmbito do sistema jurídico-constitucional brasileiro, refere-se a um fenômeno

- (A) concernente à atuação do poder constituinte derivado reformador, no processo de alteração do texto constitucional.
- (B) referente à mudança promovida no significado normativo constitucional, por meio da utilização de emenda à Constituição.
- (C) relacionado à alteração de significado de norma constitucional sem que haja qualquer mudança no texto da Constituição Federal.
- (D) de alteração do texto constitucional antigo por um novo, em virtude de manifestação de uma Assembleia Nacional Constituinte.

**A:** incorreta. A atuação do poder constituinte derivado reformador, manifestado por meio de emendas constitucionais, é meio de alteração formal da CF. O próprio texto constitucional é modificado. Por outro lado, na mutação constitucional o texto permanece intacto, apenas sua interpretação é modificada; **B:** incorreta. Mais uma vez a alternativa fez menção à alteração formal do texto da CF, que ocorre por meio do processo legislativo das emendas constitucionais (art. 60 da CF); **C:** correta. A mutação tem relação não com o aspecto formal do texto constitucional, mas com a interpretação dada à Constituição, como mencionado na alternativa. Não são necessárias técnicas de revisão ou reforma constitucional para que o fenômeno se opere; **D:** incorreta. A alteração do texto constitucional antigo por um novo não configura mutação constitucional, mas atuação do poder constituinte originário. **BV**

Gabarrão "C"

3. (OAB/Exame Unificado – 2011.1) Com relação à chamada “norma imperativa de Direito Internacional geral”, ou *ius cogens*, é correto afirmar que é a norma

- (A) de direito humanitário, expressamente reconhecida pela Corte Internacional de Justiça, aplicável a todo e qualquer Estado em situação de conflito.
- (B) prevista no corpo de um tratado que tenha sido ratificado por todos os signatários, segundo o direito interno de cada um.
- (C) aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas e aplicável a todos os Estados membros, salvo os que apresentarem reserva expressa.
- (D) reconhecida pela comunidade internacional como aplicável a todos os Estados, da qual nenhuma derrogação é permitida.

**A:** incorreta. O Direito Humanitário é composto de princípios e regras – positivadas ou costumeiras – que têm como função, por questões humanitárias, limitar os efeitos do conflito armado. Mais especificamente, o Direito Humanitário protege as pessoas que não participam ou não mais participam das hostilidades e restringe os meios e os métodos de guerra. Tal conceito permite-nos encará-lo como Direito Internacional dos Conflitos Armados ou Direito da Guerra. É considerado por muitos a primeira limitação internacional que os Estados

sofreram na sua soberania<sup>1</sup>, pois, na hipótese de conflito armado, estes teriam de respeitar certas regras que visam proteger as vítimas civis e os militares fora de combate. Assim, teve-se início o processo de internacionalização dos direitos humanos. O Direito Internacional Humanitário é principalmente fruto das quatro Convenções de Genebra de 1949 (em 1949 foram revistas as três Convenções anteriores – 1864, 1906 e 1929 – e criada uma quarta, relativa à proteção dos civis em período de guerra) e seus Protocolos Adicionais, os quais formam o conjunto de leis para reger os conflitos armados e buscar limitar seus efeitos (Direito de Genebra). A proteção recai sobre as pessoas que não participam diretamente dos conflitos (civis, profissionais da saúde e de socorro) e os que não mais participam das hostilidades (soldados feridos, doentes, náufragos e prisioneiros de guerra). As Convenções e seus Protocolos apelam para que sejam tomadas medidas para evitar ou para encerrar todas as violações. Eles contêm regras rigorosas para lidar com as chamadas “violações graves”, devendo seus responsáveis serem julgados ou extraditados, independentemente de sua nacionalidade. A outra parte das regras do Direito Internacional Humanitário provém do Direito de Haia (Convenções de Haia de 1899 e de 1907), as quais regulam especificamente o meio e os métodos utilizados na guerra, ou, em outras palavras, a condução das hostilidades pelos beligerantes e as Regras de Nova Iorque<sup>2</sup>, que cuidam da proteção dos direitos humanos em período de conflito armado. Pode-se apontar ainda o Tribunal Penal Internacional como um dos destaques na tutela do Direito Internacional Humanitário; **B**: incorreta. A condição de *ius cogens* que uma norma pode ter não é determinada necessariamente por um tratado, mas sim pelo reconhecimento da norma pela comunidade internacional como um todo, isto é, sua existência tem por fundamento razões objetivas, as quais se encontram situadas acima do caráter volitivo dos Estados. Por questão lógica, nada impede que uma norma *ius cogens* também faça parte de um tratado, mas, como dito, não é necessariamente o tratado que lhe vai conferir tal natureza; **C**: incorreta. Consoante dito na assertiva “B”, a norma imperativa de Direito internacional geral é determinada por razões objetivas, as quais se encontram situadas acima do caráter volitivo dos Estados; **D**: correta. O art. 53 da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados dispõe que uma norma imperativa de Direito Internacional geral é uma norma aceita e reconhecida pela comunidade internacional dos Estados como um todo, como norma da qual nenhuma derrogação é permitida e que só pode ser modificada por norma ulterior de Direito Internacional geral da mesma natureza.

„D. OAB/Exame Unificado – 2016.2)

**4. (OAB/Exame Unificado – 2016.2)** Maria, empresária individual, teve sua interdição decretada pelo juiz a pedido de seu pai, José, em razão de causa permanente que a impede de exprimir sua vontade para os atos da vida civil.

Sabendo-se que José, servidor público federal na ativa, foi nomeado curador de Maria, assinale a afirmativa correta.

- (A) É possível a concessão de autorização judicial para o prosseguimento da empresa de Maria; porém, diante do impedimento de José para exercer atividade de empresário, este nomeará, com a aprovação do juiz, um ou mais gerentes.
- (B) A interdição de Maria por incapacidade traz como efeito imediato a extinção da empresa, cabendo a José, na condição de pai e curador, promover a liquidação do estabelecimento.

1. A Liga das Nações e a Organização Internacional do Trabalho são os outros exemplos dessa primeira limitação, oriunda da comunidade internacional, que os Estados sofreram em sua inabalável soberania.

2. Resolução 2.444 (XXIII) adotada em 1968 pela Assembleia Geral das Nações Unidas.

(C) É possível a concessão de autorização judicial para o prosseguimento da empresa de Maria antes exercida por ela enquanto capaz, devendo seu pai, José, como curador e representante, assumir o exercício da empresa.

(D) Poderá ser concedida autorização judicial para o prosseguimento da empresa de Maria, porém ficam sujeitos ao resultado da empresa os bens que Maria já possuía ao tempo da interdição, tanto os afetados quanto os estranhos ao acervo daquela.

**A, B e C:** O empresário acometido de incapacidade poderá continuar a empresa com autorização judicial, devendo ser representado ou assistido. Contudo, se o seu representante ou assistente for pessoa impedida de exercer empresa, deverá nomear gerente *ad referendum* do juiz que concedeu a autorização (art. 974 do CC). Correta, portanto, a alternativa “A”; **D:** incorreta. Os bens estranhos ao acervo da empresa não ficam sujeitos ao seu resultado (art. 974, §2º, do CC).

„A. OAB/Exame Unificado – 2017.1)

**5. (OAB/Exame Unificado – 2017.1)** Alvína, condômina de um edifício residencial, ingressou com ação para reparação de danos, aduzindo falha na prestação dos serviços de modernização dos elevadores. Narrou ser moradora do 10º andar e que hospedou parentes durante o período dos festejos de fim de ano. Alegou que o serviço nos elevadores estava previsto para ser concluído em duas semanas, mas atrasou mais de seis semanas, o que implicou falta de elevadores durante o período em que recebeu seus hóspedes, fazendo com que seus convidados, todos idosos, tivessem que utilizar as escadas, o que gerou transtornos e dificuldades, já que os hóspedes deixaram de fazer passeios e outras atividades turísticas diante das dificuldades de acesso. Sentindo-se constrangida e tendo que alterar todo o planejamento de atividades para o período, Alvína afirmou ter sofrido danos extrapatrimoniais decorrentes da mora do fornecedor de serviço, que, ainda que regularmente notificado pelo condomínio, quedou-se inerte e não apresentou qualquer justificativa que impedisse o cumprimento da obrigação de forma tempestiva.

Diante da situação apresentada, assinale a afirmativa correta.

- (A) Existe relação de consumo apenas entre o condomínio e o fornecedor de serviço, não tendo Alvína legitimidade para ingressar com ação indenizatória, por estar excluída da cadeia da relação consumerista.
- (B) Inexiste relação consumerista na hipótese, e sim relação contratual regida pelo Código Civil, tendo a multa contratual pelo atraso na execução do serviço cunho indenizatório, que deve servir a todos os condôminos e não a Alvína, individualmente.
- (C) Existe relação de consumo, mas não cabe ação individual, e sim a perpetrada por todos os condôminos, em litisconsórcio, tendo como objeto apenas a cobrança de multa contratual e indenização coletiva.
- (D) Existe relação de consumo entre a condômina e o fornecedor, com base da teoria finalista, podendo Alvína ingressar individualmente com a ação indenizatória, já que é destinatária final e quem sofreu os danos narrados.

**A:** incorreta. A hipótese apresentada é de aplicação do CDC (vide alternativa “D”), razão pela qual Alvína tem legitimidade para ingressar com ação requerendo indenização por danos materiais e morais; **B:** incorreta. A hipótese é de aplicação do CDC (vide justificativa da alternativa “D”); **C:** incorreta. Tendo em vista que Alvína é consumidora, por ser quem utiliza o serviço como destinatária final, cabe ação individual para reclamar indenização; **D:** correta. Embora a contratação tenha ocorrido por meio do condomínio Alvína é considerada consumidora por utilizar o serviço como destinatária final (art. 2º, *caput*, do CDC). Por outro lado, a empresa de elevadores é fornecedora nos termos do art. 3º do CDC, estando configurada a relação jurídica de consumo e a integral aplicação do CDC. Nos termos do art. 6º, VI, do Código de Defesa do Consumidor, a consumidora pode requerer reparação dos danos materiais e morais sofridos em razão da ausência de cumprimento do contrato. **RD**

Gabarito “D”

**6. (OAB/Exame Unificado – 2011.1)** Suponha que tenha sido publicada no *Diário Oficial da União*, do dia 26 de abril de 2011 (terça-feira), uma lei federal, com o seguinte teor: “Lei GTI, de 25 de abril de 2011.

Define o alcance dos direitos da personalidade previstos no Código Civil. O Presidente da República Faça saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1º: Os direitos da personalidade previstos no Código Civil aplicáveis aos nascituros são estendidos aos embriões laboratoriais (in vitro), ainda não implantados no corpo humano. Art. 2º: Esta lei entra em vigor no prazo de 45 dias. Brasília, 25 de abril 2011, 190.º da Independência da República e 123.º da República.”

Ante a situação hipotética descrita e considerando as regras sobre a forma de contagem do período de vacância e a data em que a lei entrará em vigor, é correto afirmar que a contagem do prazo para entrada em vigor de lei que contenha período de vacância se dá:

- (A) pela exclusão da data de publicação e do último dia do prazo, entrando em vigor no dia 11/06/2011.
- (B) pela inclusão da data de publicação e exclusão do último dia do prazo, entrando em vigor no dia 09/06/2011.
- (C) pela inclusão da data de publicação e do último dia do prazo, entrando em vigor no dia subsequente à sua consumação integral, passando a vigorar no dia 10/06/2011.
- (D) pela exclusão da data de publicação da lei e a inclusão do último dia do prazo, entrando em vigor no dia subsequente à sua consumação integral, que na situação descrita será o dia 13/06/2011.

A alternativa “C” está correta, pois o art. 8º, § 1º, da Lei Complementar 95/1998 estabelece que “a contagem do prazo para entrada em vigor das leis que estabeleçam período de vacância far-se-á com a inclusão da data da publicação e do último dia do prazo, entrando em vigor no dia subsequente à sua consumação integral”.

Gabarito “C”

**7. (OAB/Exame Unificado – 2008.1)** No que se refere às provas, adota-se, no CPC, o sistema

- (A) Das ordálias.
- (B) Da livre convicção (ou íntimo ou moral).
- (C) Do livre convencimento motivado.
- (D) Da prova legal.

NCPC, art. 371 (convencimento motivado) e CF, art. 93, IX (motivação). Ou seja, o juiz é livre para apreciar a prova (deve levar em conta o conjunto probatório como um todo), mas deve fundamentar sua decisão. Assim, não há hierarquia entre as provas. \*Atenção: cabe destacar que o NCPC não faz mais menção ao termo *livre*, ao tratar do tema. Assim, se uma alternativa falar apenas em convencimento motivado e outra em livre convencimento motivado, no NCPC, deve-se optar apenas por “convencimento motivado”. Mas muitos autores seguem falando em *livre convencimento motivado*. **LD**

Gabarito “C”

**8. (OAB/Exame Unificado – 2018.2)** Maria solicitou ao Município Alfa licença de localização e funcionamento para exercer determinada atividade empresarial, apresentando todos os documentos necessários para tanto. Contudo, transcorrido mais de ano do mencionado pedido, não houve qualquer manifestação por parte da autoridade competente para sua apreciação. Diante dessa situação, na qualidade de advogado, assinale a afirmativa que indica o procedimento correto.

- (A) Não se pode adotar qualquer medida contra a inércia da autoridade competente, considerando que o princípio da razoável duração do processo não se aplica à via administrativa.
- (B) Deve-se ajuizar uma ação popular contra a omissão da autoridade competente, diante do preenchimento dos respectivos requisitos e da violação ao princípio da impessoalidade.
- (C) Deve-se impetrar mandado de segurança, uma vez que a omissão da autoridade competente para a expedição do ato de licença constitui abuso de poder.
- (D) Deve-se impetrar habeas data diante da inércia administrativa, considerando que a omissão da autoridade competente viola o direito à informação.

**A:** incorreta, pois a Constituição é expressa no sentido de que o princípio da razoável duração do processo também se aplica aos processos administrativos (art. 5º, LXXVIII); **B:** incorreta, pois a ação popular é uma ação coletiva em que o cidadão busca anular ato lesivo ao patrimônio público, ao meio ambiente, ao patrimônio histórico e cultural ou à moralidade administrativa (art. 5º, LXIII); no caso em tela Maria sofre lesão ao seu direito individual à razoável duração do processo, de modo que pode e se recomenda ingressar com uma ação individual (e não com uma ação coletiva), podendo ser um mandado de segurança; **C:** correta. No caso em tela tem-se lesão, por ato omissivo, a um direito constitucional, que é o direito à razoável duração do processo administrativo (art. 5º, LXXVIII, da CF); essa ilegalidade ou abuso de poder dá ensejo ao ajuizamento de um mandado de segurança individual (art. 5º, LXIX, da CF); **D:** incorreta, pois deve-se impetrar habeas data para conhecimento ou retificação de informação constante de bancos de dados públicos a respeito do impetrante (art. 5º, LXXII, da CF); no caso, não se quer isso, mas sim que a Administração aprecie um pedido de licença formulado e não apreciado ainda.

Gabarito “C”

**9. (OAB/Exame Unificado – 2018.2)** Admita que, em 2016, foi criado um Território Federal no Brasil, dividido em municípios. Joaquim reside nesse Território e recebeu da União, no presente ano, uma guia para o pagamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) do seu imóvel. Na semana seguinte, recebeu também uma guia do município em que mora.

Levando em conta a situação descrita, assinale a afirmativa correta.

- (A) Apenas a União é competente para, no caso, exigir o IPTU.  
 (B) Apenas o Município onde Joaquim reside é competente para exigir o IPTU.  
 (C) Tanto o Estado, onde se localiza o Território, quanto o Município seriam competentes para exigir o IPTU.  
 (D) Tanto a União quanto o Município em que Joaquim reside seriam competentes para exigir o IPTU.

**A:** incorreta, pois, no caso de território federal dividido em Municípios, cada um deles detém competência tributária para instituir seus próprios tributos – art. 147 da CF. Compete à União, no caso desse território, os tributos federais e os estaduais; **B:** correta, conforme comentário anterior; **C e D:** incorretas, pois a competência é exclusiva do Município – art. 147 da CF.

„B.“ Gabarito

10. (OAB/Exame Unificado – 2004.ES) Considerando as fontes do direito do trabalho, assinale a opção incorreta.

- (A) Sob a perspectiva econômica, a Revolução Industrial ocorrida no século XVIII – e suas consequências na estruturação e disseminação do sistema capitalista – constituiu a fonte material básica do direito do trabalho.  
 (B) Sob a ótica sociológica, o processo de agregação de trabalhadores em empresas, cidades e regiões do mundo ocidental, favorecendo o surgimento de uma consciência social coletiva de índole reivindicatória, como resultado da expansão do sistema econômico, pode ser apontado como fonte material do direito do trabalho.  
 (C) Filosoficamente, correntes de pensamento tais como o trabalhismo, o socialismo cristão e o fascismo corporativista, entre outras, fundamentaram o direito do trabalho e por isso são consideradas fontes formais desse ramo da ciência jurídica.  
 (D) Sob o ponto de vista político, a ação articulada dos trabalhadores, buscando a melhoria de sua condição social com a participação dos sindicatos, tem operado como elemento indutor da positivação de normas legais trabalhistas, razão pela qual deve ser considerada fonte material do direito do trabalho.

**A:** correta, pois sob a perspectiva econômica, as fontes materiais estão relacionadas à existência e evolução do sistema capitalista; **B:** correta, pois sob o ponto de vista sociológico, as fontes materiais correspondem aos diferentes processos de reunião de trabalhadores assalariados nas empresas, cidades e regiões do mundo ocidental contemporâneo, em outras palavras, são fatores sociais de repercussão no Direito do Trabalho. Como exemplo, podemos citar a criação de cidades industriais-operárias; **C:** incorreta, devendo ser assinalada, pois sob o ponto de vista filosófico as ideias e correntes de pensamento que influíram na construção e mudança do Direito do Trabalho, constituem verdadeiras fontes materiais do Direito do Trabalho e não como uma fonte formal; **D:** correta, pois sob a perspectiva política, fontes materiais se relacionam com os movimentos sociais organizados pelos trabalhadores, com caráter reivindicatório.

„C.“ Gabarito

11. (OAB/Exame Unificado – 2012.3.A) Um dos princípios norteadores do Processo do Trabalho é o da celeridade, dada a natureza salarial do crédito trabalhista.

Entretanto, por força de Lei, algumas causas especiais possuem preferência na tramitação. Das situações listadas a seguir, assinale aquela que terá preferência em todas as fases processuais.

- (A) a que será executada contra a União, Estados ou Municípios;  
 (B) a que será executada perante o juízo da falência;  
 (C) a que será executada em face de empregador doméstico;  
 (D) a que será executada em face de empresa pública.

**A:** incorreta, pois a administração pública não possui preferência na tramitação do processo. Os privilégios da administração pública direta, autárquica e fundacional, estão elencados no art. 1º do Decreto-Lei 779/1969. **B:** correta, pois reflete o disposto no art. 768 da CLT. **C:** incorreta, pois o empregador doméstico não possui privilégio com relação à tramitação do processo. **D:** incorreta, pois por concorrer com a atividade privada as empresas públicas não possuem privilégio na tramitação. Veja art. 173, § 1º, da CF.

„B.“ Gabarito

12. (OAB/Exame Unificado – 2013.1) Na perspectiva da tutela do direito difuso ao meio ambiente, o ordenamento constitucional exigiu o estudo de impacto ambiental para instalação e desenvolvimento de certas atividades. Nessa perspectiva, o estudo prévio de impacto ambiental está concretizado no princípio

- (A) da precaução.  
 (B) da prevenção.  
 (C) da vedação ao retrocesso.  
 (D) do poluidor-pagador.

O art. 225, § 1º, IV, da CF, ao impor a realização de estudo prévio de impacto ambiental para atividades potencialmente causadora de significativa degradação ambiental, acabou por acolher o princípio da precaução, pelo qual há de se tomar medidas com vistas à proteção do meio ambiente mesmo quando haja dúvida científica de que determinada atividade pode causar dano ambiental. O fato de a Constituição Federal ter usado o termo “potencialmente” revela que mesmo não havendo certeza de dano (mas mera potencialidade deste), de rigor a tomada de medidas para o fim mencionado.

„B.“ Gabarito

13. (OAB/Exame Unificado – 2015.1) O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que pessoas com até doze anos de idade incompletos são consideradas crianças e aquelas entre doze e dezoito anos incompletos, adolescentes. Estabelece, ainda, o Art. 2º, parágrafo único, que “Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade”.

Partindo da análise do caráter etário descrito no enunciado, assinale a afirmativa correta.

- (A) O texto foi derogado, não tendo qualquer aplicabilidade no aspecto penal, que considera a maioridade penal aos dezoito anos, não podendo, portanto, ser aplicada qualquer medida socioeducativa a pessoas

entre dezoito e vinte e um anos incompletos, pois o critério utilizado para a incidência é a idade na data do julgamento e não a idade na data do fato.

- (B) A proteção integral às crianças e adolescentes, primado do ECA, estendeu a proteção da norma especial aos que ainda não tenham completado a maioridade civil, nisso havendo a proteção especialmente destinada aos menores de vinte e um anos, nos âmbitos do Direito Civil e do Direito Penal.
- (C) O texto destacado no parágrafo único desarmoniza-se da regra do Código Civil de 2002 que estabelece que a maioridade civil dá-se aos dezoito anos; por esse motivo, a regra indicada no enunciado não tem mais aplicabilidade no âmbito civil.
- (D) Ao menor emancipado não se aplicam os princípios e as normas previstas no ECA; por isso, o estabelecido no texto transcrito, desde a entrada em vigor da norma especial em 1990, não era aplicada aos menores emancipados, exceto para fins de Direito Penal.

Questão, a nosso ver, digna de anulação. É que, embora se trate de tema polêmico, em relação ao qual, bem por isso, não há consenso, doutrina e jurisprudência majoritárias sustentam inexistir desarmonia entre a regra acima transcrita e a aquela do Código Civil que estabelece que a maioridade civil é alcançada aos dezoito anos. Isso porque, apesar de o ECA ter sido concebido para disciplinar a situação de *crianças e adolescentes*, ele também incidirá, sempre de forma excepcional, sobre pessoas com idade entre 18 e 21 anos (incompletos), no que concerne, por exemplo, às medidas socioeducativas de *semiliberdade* e de *internação* do adolescente, cujo cumprimento deverá, necessariamente, findar até os 21 anos da pessoa, respeitado o período máximo de 3 anos. Neste caso, é imprescindível que o ato infracional tenha sido praticado antes de a pessoa tornar-se imputável, é dizer, completar 18 anos. Nessa linha, confira o posicionamento pacífico do Supremo Tribunal Federal: “*Medida Socioeducativa e Advento da Maioridade*. A Turma reafirmou jurisprudência da Corte no sentido de que o atingimento da maioridade não impede o cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade e indeferiu *habeas corpus* em que se pleiteava a extinção dessa medida aplicada ao paciente que, durante o seu curso, atingira a maioridade penal. Sustentava a impetração constrangimento ilegal, dado que, como o paciente completara a maioridade civil – 18 anos –, e, portanto, alcançara a plena imputabilidade penal, não teria mais legitimação para sofrer a imposição dessa medida socioeducativa. Asseverou-se, todavia, que, se eventualmente a medida socioeducativa superar o limite etário dos 18 anos, ela poderá ser executada até os 21 anos de idade, quando a liberação tornar-se-á compulsória. Alguns precedentes citados: HC 91441/RJ (DJU de 29.6.2007); HC 91490/RJ (DJU de 15.6.2007) e HC 94938/RJ (DJE de 3.10.2008). HC 96355/RJ, rel. Min. Celso de Mello, 19.05.2009. (HC-96355) (Inform. STF 547)”. Consolidando este entendimento, o STJ, bem recentemente, editou a Súmula 605: “*A superveniência da maioridade penal não interfere na apuração de ato infracional nem na aplicabilidade de medida socioeducativa em curso, inclusive na liberdade assistida, enquanto não atingida a idade de 21 anos.*”

Gabarito “C”

14. (OAB/Exame Unificado – 2014.3) Pedro Paulo, primário e de bons antecedentes, foi denunciado pelo crime de descaminho (Art. 334, *caput*, do Código Penal), pelo transporte de mercadorias procedentes do Paraguai e desacompanhadas de documentação comprobatória de sua importação regular, no valor de R\$ 3.500,00, conforme atestam o Auto de Infração e o Termo de Apreensão e Guarda Fiscal, bem como o Laudo de Exame Merceoló-

gico, elaborado pelo Instituto Nacional de Criminalística. Em defesa de Pedro Paulo, segundo entendimento dos Tribunais Superiores, é possível alegar a aplicação do

- (A) princípio da proporcionalidade.  
 (B) princípio da culpabilidade.  
 (C) princípio da adequação social.  
 (D) princípio da insignificância ou da bagatela.

Está correta a alternativa “D”, já que os tribunais vêm entendendo, de forma pacífica, que o princípio da insignificância ou bagatela tem incidência no crime de descaminho. Para o STF, que considera, como critério, o limite estabelecido na Portaria 75/2012, o valor é de 20.000,00, entendimento atualmente compartilhado pelo STJ. Conferir, nesse sentido, decisão da nossa Corte Suprema: “(...) O reconhecimento da insignificância penal da conduta, com relação ao crime de descaminho, pressupõe a demonstração inequívoca de que o montante dos tributos suprimidos não ultrapassa o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) (...)” (HC 126746 AgR, relator Min. Roberto Barroso, Primeira Turma, julgado em 14/04/2015).

Gabarito “D”

15. (OAB/Exame Unificado – 2017.1) Em 23 de novembro de 2015 (segunda-feira), sendo o dia seguinte dia útil em todo o país, Técio, advogado de defesa de réu em ação penal de natureza condenatória, é intimado da sentença condenatória de seu cliente. No curso do prazo recursal, porém, entrou em vigor nova lei de natureza puramente processual, que alterava o Código de Processo Penal e passava a prever que o prazo para apresentação de recurso de apelação seria de 03 dias e não mais de 05 dias. No dia 30 de novembro de 2015, dia útil, Técio apresenta recurso de apelação acompanhado das respectivas razões.

Considerando a hipótese narrada, o recurso do advogado é:

- (A) intempestivo, aplicando-se o princípio do *tempus regit actum* (o tempo rege o ato), e o novo prazo recursal deve ser observado.  
 (B) tempestivo, aplicando-se o princípio do *tempus regit actum* (o tempo rege o ato), e o antigo prazo recursal deve ser observado.  
 (C) intempestivo, aplicando-se o princípio do *tempus regit actum* (o tempo rege o ato), e o antigo prazo recursal deve ser observado.  
 (D) tempestivo, aplicando-se o princípio constitucional da irretroatividade da lei mais gravosa, e o antigo prazo recursal deve ser observado.

No que toca à lei processual penal, incide o princípio da *aplicação imediata* ou da *imediatez*, segundo o qual a lei processual penal aplicar-se-á desde logo, sem prejuízo dos atos realizados sob o império da lei anterior. É o que estabelece o art. 2º do CPP. Perceba que o que se leva em conta, na aplicação da lei genuinamente processual, é a data da realização do ato, e não a do fato criminoso, como ocorre com as normas de natureza penal. Por isso, se uma lei passa a estabelecer prazo menor do que o anterior para a interposição de determinado recurso, será aplicado o interregno mais exíguo, já que a lei nova é aplicada de imediato. Agora, se a lei nova, que estabelecia prazo menor, entra em vigor quando o prazo para recurso já havia se iniciado, deve-se aplicar, neste caso, por óbvio, o prazo maior, correspondente à lei revogada. Ao contrário, se o prazo ainda não começou a correr, aplica-se a lei

nova que estabelece prazo menor. Nesse sentido reza o art. 3º da Lei de Introdução do Código de Processo Penal, que, a despeito de se referir à entrada em vigor do CPP, pode ser aplicado, por analogia, aos casos em que a entrada em vigor de determinada lei se dá quando já iniciada a contagem do prazo para a realização de determinado ato, aqui incluída a interposição de recurso. Vale, aqui, fazer uma observação: se se tratar de lei processual penal dotada de carga material (também chamada de norma mista ou híbrida), deve-se aplicar, em relação a elas, o que estabelece o art. 2º, parágrafo único, do CP. Nesse caso, a exemplo do que se dá com as leis penais, a norma processual nova, se favorável ao réu, deverá retroagir; se prejudicial, aplica-se a lei já revogada (*lex mitior*). <sup>15</sup>

<sup>15</sup> B. Oab

**16. (OAB/Exame Unificado – 2013.2)** “Ninguém poderá ser detido, preso ou despojado dos seus bens, costumes e liberdades, senão em virtude de julgamento de seus pares, segundo as leis do país.”

O texto transcrito é um trecho da Magna Carta, proclamada na Inglaterra, no ano de 1215. Esse importante documento é apontado como um marco na afirmação histórica dos direitos humanos, dentre outras razões, porque

- (A) consolida os direitos civis e políticos e os econômicos e sociais.
- (B) é origem daquilo que na modernidade ficou conhecido como devido processo legal.
- (C) representa um marco jurídico político que estabeleceu uma nova ordem social na Inglaterra, tendo sido respeitada por todos os governos seguintes.
- (D) institui e oficializa o direito ao habeas corpus.

Dentre as assertivas existentes, a única que faz correta menção à importância destacada da Magna Carta é a B. O século XII marcou o início de uma onda de centralização de poder, tanto em nível civil como eclesiástico. É importante ter em mente tal consideração, pois ela é o motivador da assinatura da Magna Carta. À título histórico, cabe lembrar que já em 1188 havia sido feita a declaração das cortes de Leão, na Espanha. Depois dessa declaração, os senhores feudais espanhóis continuaram se manifestando, mediante declarações e petições, contra a instalação do poder real soberano. A Magna Carta é um documento de 1215 que limitou o poder dos monarcas da Inglaterra, impedindo o exercício do poder absoluto. Ela resultou de desentendimentos entre o rei João I (conhecido como “João Sem Terra”), o papa e os barões ingleses acerca das prerrogativas do soberano. Essas discordâncias tinham raízes diversas. A contenda com os barões foi motivada pelo aumento das exações fiscais, constituídas para financiar campanhas bélicas, pois o rei João Sem Terra acabara de perder a Normandia – que era sua por herança dinástica – para o rei francês Filipe Augusto. A desavença com o papa surgiu de seu apoio às pretensões territoriais do imperador Óton IV, seu sobrinho, em prejuízo do papado. Ademais, o rei João I recusara a escolha papal de Stephen Langton como cardeal de Canterbury, o que lhe rendeu a excomunhão, operada pelo papa Inocêncio III. A Magna Carta só foi assinada pelo rei quando a revolta armada dos barões atingiu Londres, sendo sua assinatura condição para o cessar-fogo. Todavia, ela foi reafirmada solenemente (pois tinha vigência determinada de três meses) em 1216, 1217 e 1225, quando se tornou direito permanente. Como curiosidade, cabe apontar que algumas de suas disposições se encontram em vigor ainda nos dias de hoje. Sua forma foi de promessa unilateral, por parte do monarca, de conceder certos privilégios aos barões, mas é possível entendê-la como uma convenção firmada entre os barões e o rei. Além disso, segundo os termos do documento, o rei deveria renunciar a certos direitos e respeitar determinados procedimentos legais (apontado, pela historiologia jurídica, como a origem do devido processo legal), bem como

reconhecer que sua vontade estaria sujeita à lei. Considera-se a Magna Carta o primeiro capítulo de um longo processo histórico que levaria ao surgimento do constitucionalismo<sup>9</sup> e da democracia moderna. Em síntese, o documento é uma limitação institucional dos poderes reais.

<sup>9</sup> B. Oab

**17. (EXAME 2009)**

Olhe pro menino  
Sem camisa e descalço  
Que chora por comida  
Que te pede um trocado  
Olhe pro menino  
Que não tem onde morar  
Não tem pra onde ir  
E não tem onde ficar  
Olhe em seus olhos  
Sinta o ódio animal  
A revolta que ele sente  
Da injustiça social

Injustiça Social – Esgoto.

In: <<http://www.letas.com.br/esgoto/injustica-social>>

A música retrata situação que afronta direitos fundamentais, registrados no texto constitucional brasileiro. Esses direitos traduzem-se em

- (A) falácias do legislador constituinte.
- (B) situações referidas à dignidade humana.
- (C) valores religiosos, de matriz filosófica.
- (D) regras gerais, sem eficácia plena.
- (E) situações políticas, sem viés jurídico.

Esses direitos traduzem-se em situações referidas à dignidade humana. E a dignidade da pessoa humana se traduz na situação de mínimo gozo garantido dos direitos pessoais, civis, políticos, judiciais, de subsistência, econômicos, sociais e culturais. Todavia, a música citada na presente questão expõe uma situação, infelizmente diuturna em nosso país, em que o gozo dos direitos humanos não é garantido a uma pessoa, isto é, a dignidade humana é totalmente violentada (“ódio animal”).

<sup>10</sup> B. Oab

**18. (CESPE - 2013)** Assinale a opção correta com relação à interpretação do direito.

- (A) A interpretação autêntica é a que se realiza pelo próprio legislador.
- (B) Consoante o sistema da livre pesquisa, o direito só pode ser interpretado com base na lei.
- (C) A escola de interpretação da teoria pura do direito foi criada por Carlos Cossio.
- (D) A hermenêutica e a interpretação, conceitos sinônimos, consistem em revelar o sentido da norma jurídica.

3. O constitucionalismo pode ser conceituado como o movimento político, social e jurídico cujo objetivo é limitar o poder do Estado por meio de uma Constituição. Já o neoconstitucionalismo surge depois da Segunda Guerra Mundial e tem por objetivo principal conferir maior efetividade aos comandos constitucionais, notadamente os direitos fundamentais.

(E) Segundo a doutrina, toda norma jurídica se ampara em um texto legal que lhe é correspondente.

**A:** correta, pois a interpretação autêntica é aquela realizada pelo legislador, ou seja, o próprio autor da norma a ser interpretada; **B:** incorreta. É exatamente o contrário. Na livre investigação científica, o intérprete não fica condicionado aos mandamentos da lei e a solução interpretativa é fundada em critérios objetivos. A atividade do intérprete se realiza num duplo campo de ação: o *dado* (fontes materiais) e o *construído* (fontes formais), que são os componentes da norma jurídica. O *dado* corresponde à realidade observada pelo legislador (fatos: econômicos, históricos, políticos, geográficos, culturais). O *construído* é uma operação técnica que, considerando o *dado*, subordina os fatos a determinados fins. Assim, por trás das normas jurídicas, há uma realidade anterior que as próprias normas não podem desprezar. É no *dado* que se apoia a existência das normas; é desse *dado* que cada norma tira seu sentido e condição de sua aplicabilidade. O intérprete, por princípio de segurança jurídica, não substitui a vontade do legislador, mas deve desvendá-la considerando o *dado*. A interpretação não está, portanto, adstrita apenas à letra da lei, ela deve também considerar os fatos sociais; **C:** incorreta. Kelsen é o principal teórico do positivismo jurídico. A sua obra *Teoria Pura do Direito* busca conferir à ciência jurídica um método e objeto próprios, capazes de assegurar ao jurista o conhecimento científico do direito. Para Kelsen, o objeto da ciência jurídica consiste em normas jurídicas e a tarefa do cientista do direito consiste em descrever e sistematizar esse objeto mediante proposições. Por outro lado, Carlos Cossio criou o egologismo jurídico e defendia, em contraposição à Kelsen, que o Direito é ciência porque estuda a conduta humana e não a norma; **D:** incorreta. Em termos gerais, pode-se dizer que **hermenêutica** é a teoria que tem por objeto o estudo das técnicas (regras, métodos) aplicáveis à interpretação do direito. E **interpretação** é o processo que determina o sentido e alcance das normas jurídicas utilizando-se das técnicas fixadas pela hermenêutica. Mas é importante asseverar que alguns juristas (como Miguel Reale) entendem que não é necessário estabelecer essa distinção entre *hermenêutica* (como teoria que pesquisa regras de interpretação) e *interpretação* (como o mero emprego das regras estabelecidas pela hermenêutica), pois as expressões seriam equivalentes. Nesse sentido, a expressão *hermenêutica jurídica* é utilizada para identificar não apenas as teorias da interpretação, mas também as regras (métodos) de interpretação propostas por essas teorias; **E:** incorreta, pois o princípio jurídico também pode dar embasamento a uma norma jurídica.

Gabarrito "A"

**19. (Defensor Público – DPE/ES – 2016 – FCC)** No Brasil, após a Constituição de 1988, houve uma profunda mudança na forma de disciplinar a seguridade social, um panorama normativo que compreende a

- (A) previdência que contará apenas com a contribuição dos a ela vinculados, a saúde que contará com o esforço da sociedade e a assistência social que é fruto do esforço do terceiro setor.
- (B) aposentadoria a todos que atingirem 60 anos de idade, se homens e 50 anos de idade, se mulheres, a saúde aos vinculados ao INSS e a assistência aos hipossuficientes.
- (C) previdência aos contribuintes, a saúde para todos e a assistência social a quem dela necessitar.
- (D) saúde de todos, apenas no que se restringe ao atendimento básico, a previdência paga a todos que não tiverem emprego e a assistência social, que é um atendimento multidisciplinar, desde que não importe no pagamento de qualquer valor em moeda.
- (E) previdência como modelo contributivo e filiação facultativa, a assistência social como programa dirigido a todos, como é, também, a saúde.

**A:** incorreta. A Constituição estabeleceu o princípio da diversidade da base de financiamento da seguridade social (art. 194, VI, da CF), de forma que a previdência, a saúde e a assistência social são mantidas por contribuições oriundas das empresas, dos segurados, das receitas de concursos de prognósticos e das importações (art. 195 da CF); **B:** incorreta. A aposentadoria por idade se dará aos 65 anos de idade, se homem, e 60, se mulher, reduzidos patamares em cinco anos somente para os trabalhadores rurais (art. 201, § 7º, II, da CF). A saúde é direito de **todos** e dever do estado (art. 196 da CF), portanto acessível a qualquer pessoa, mesmo que não vinculada ao INSS; **C:** correta, nos termos dos arts. 196 (saúde), 201 (previdência) e 203 (assistência) da CF; **D:** incorreta. A garantia de acesso à saúde é plena, não se restringindo ao atendimento básico. A previdência é paga a todos aqueles que para ela contribuírem (art. 201 da CF). Por fim, é totalmente possível o pagamento de benefícios de assistência social em moeda, como, por exemplo, aquele previsto no art. 203, V, da CF; **E:** incorreta. A filiação à previdência é obrigatória (art. 201 da CF) e a assistência será prestada somente a quem dela necessitar (art. 203 da CF).

Gabarrito "C"